



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Reuniões de Comissões
- 2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 2.1 – Comissão
- 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 4 – ERRATA**



ATAS

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/11/2015

Às 9h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Cabo Júlio, Professor Neivaldo e Rogério Correia (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir os roubos e explosões de caixas eletrônicos no Estado, em ações de criminosos e quadrilhas especializadas. A seguir, comunica o recebimento de ofício da deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular, e do deputado Tiago Ulisses, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, convidando a comissão para participar da audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, no âmbito do eixo Segurança Pública, a ser realizada hoje, dia 3/11/2015, às 17 horas, no Auditório. Comunica também o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos vereadores da Câmara Municipal de Pirapora; dos Srs. Leandro Guimarães Guedes, chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça; Renan Calheiros, presidente do Senado Federal (22/10/2015), e Bernardo Santana de Vasconcellos, secretário de Defesa Social (29/10/2015). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.821/2015, no 1º turno, para cuja relatoria designou o deputado João Leite. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Jaqueline Candida Rocha, vereadora da Câmara Municipal de Alpinópolis; e os Srs. Maj. PM Harley Wallace Moreira, chefe da Seção de Operações da Diretoria de Apoio Operacional da PMMG, representando o comandante-geral dessa corporação; João Marcos de Andrade Prata, delegado de polícia chefe do Departamento Estadual de Operações Especiais – Deoesp –, representando o chefe da Polícia Civil; Eber Alexandre de Oliveira, subinspetor de Polícia Civil do Deoesp; André Estevão Ubaldino Pereira, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Combate ao Crime Organizado; Sérgio Barboza Menezes, superintendente regional da Polícia Federal; Márcio Geraldo Lara Camargos Júnior, policial rodoviário federal, representando o superintendente regional da Polícia Rodoviária Federal; Yury Michel Pena Sampaio, advogado da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, representando o presidente dessa entidade; Ailton Costa Faria e Marcelo do Engenho, respectivamente, prefeitos de Pimenta e Baependi; Baltazar Antônio da Silva, Venício dos Santos e Antonio Alves Maia Ferreira, respectivamente, presidentes das



Câmaras Municipais de São José da Barra, Oliveira e Baependi; José Carlos Arantes, vice-presidente da Câmara Municipal de Jacuí; Antônio Alves da Silva Filho, presidente da Câmara Municipal de Itaú de Minas; Nísio Antônio Lima, vice-prefeito de Itaú de Minas; José Acácio Vilela e Luis Antônio Paiva Oliveira, vereadores da Câmara Municipal de Alpinópolis; Geovan dos Santos e José Jorge Avelar, vereadores da Câmara Municipal de Itaú de Minas; Domingos Luiz da Silveira, vereador da Câmara Municipal de Jacuí; Jailson de Souza Viana, Geraldo Cândido de Lima, Lázaro Antônio da Silva, Pércio Calixto Avelar, Sebastião Neves Lima, Ivani do Prado Lima Oliveira e Leandro de Oliveira Gomes dos Reis, vereadores da Câmara Municipal de São José da Barra; Geraldo Atos de Barros e Francisco José Ribeiro Filho, vereadores da Câmara Municipal de Oliveira; Edson Luis Resende Reis, ex-vereador da Câmara Municipal de Alpinópolis, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.399, 2.405, 2.408, 2.409, 2.434, 2.435, 2.437 a 2.439, 2.529 a 2.533, 2.542, 2.660, 2.695, 2.704, 2.744 e 2.745/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência e aprovado o Requerimento nº 4.089/2015, do deputado João Leite, em que solicita seja designado um representante da comissão para participar do Seminário do Conselho de Criminologia e Política Criminal do Estado, em 4/11/2015, que debaterá as atribuições da Escola de Formação dos Agentes Penitenciários. Submetido a votação, é aprovado requerimento do deputado Rogério Correia em que solicita seja adiada a votação dos seguintes requerimentos:

nº 4.078/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja realizada reunião para proceder à entrega de diploma referente a voto de congratulações com o Cel. PM Gilmar Prates Teixeira pelo trabalho desenvolvido no comando da 14ª Região da PMMG;

nº 4.079/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja realizada reunião para proceder à entrega de diploma referente a voto de congratulações com o Ten.- Cel. PM Antônio Librelon de Oliveira pelo trabalho desenvolvido no comando militar em Sete Lagoas;

nº 4.080/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja realizada reunião para proceder à entrega de diploma referente a voto de congratulações com o Sr. Juarez Ferreira da Luz, delegado, pelo excelente trabalho desenvolvido no comando da Polícia Civil em Sete Lagoas e região;

nº 4.081/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a segurança pública no Município de Vespasiano;

nº 4.082/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao prefeito de Conceição das Alagoas, aos vereadores da Câmara desse município e aos convidados presentes à 46ª Reunião Extraordinária da comissão cópia do ofício do desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior relativo à construção do novo fórum municipal;

nº 4.083/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para obter informações quanto à atuação da Subsecretaria de Administração Prisional, especificamente quanto ao planejamento e execução de políticas públicas, assim como sobre ações preventivas e repressivas para vistoriar, buscar e impedir a entrada de drogas, armas de fogo, aparelhos celulares, aparelhos cortantes e outros nas unidades prisionais do Estado;

nº 4.084/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para obter esclarecimentos sobre denúncias de desvio de recursos, favorecimento de presos, venda de vagas e superfaturamento de notas fiscais de prestadores de serviços, entre outras irregularidades, na Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados;



nº 4.085/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública em São Joaquim de Bicas, em caráter de urgência, para debater e solicitar providências com relação à segurança pública;

nº 4.086/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para assunção da cadeia pública de Capelinha pela Subsecretaria de Administração Prisional;

nº 4.087/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater e solicitar agilidade na apuração dos últimos crimes de latrocínio ocorridos no Estado;

nº 4.088/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao comandante-geral da PMMG pedido de informações sobre a instauração de inquéritos, a conclusão dos procedimentos inquisitórios e o andamento processual das ações judiciais referentes aos crimes cometidos contra servidores da área de segurança pública.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS BARRAGENS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/11/2015

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Agostinho Patrus Filho, João Magalhães, Bonifácio Mourão, Cássio Soares, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Rogério Correia, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Durval Ângelo, Dilzon Melo, Alencar da Silveira Jr., Carlos Pimenta, Sargento Rodrigues, Fred Costa, Iran Barbosa, Wander Borges, Inácio Franco, Léo Portela, Bosco, Paulo Lamac, Glaycon Franco, Noraldino Júnior, Cristiano Silveira, Felipe Attiê e Professor Neivaldo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Agostinho Patrus Filho, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as causas do desastre ambiental ocorrido em Mariana e suas consequências nos municípios ao longo da calha dos rios da Bacia do Rio Doce a jusante das barragens de rejeitos de mineração da empresa Samarco Mineração rompidas em 5/11/2015. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Cleide Aparecida Nepomuceno, defensora pública; Maria Dalce Ricas, superintendente executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente; Vanessa Gaudereto, superintendente federal da Pesca e Aquicultura em Minas Gerais; Marcilene Ferreira, advogada da Rede Nacional dos Advogados Populares; Sônia Mara Maranhão, representando o Movimento dos Atingidos por Barragens; Rosilene Gonçalves da Silva, representante dos atingidos pelo desastre no subdistrito de Bento Rodrigues, em Mariana; e os Srs. Sarney Filho, Fábio Ramalho, Laudívio Alvarenga Carvalho, Leonardo Monteiro, Mário Heringer e Pastor Franklin, deputados federais; Geraldo Vitor de Abreu, subsecretário de Gestão e Regularização Ambiental Integrada, representando o secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Felipe Faria de Oliveira, coordenador regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, representando o procurador-geral de justiça; desembargador Herbert José Almeida Carneiro, presidente da Associação dos Magistrados Mineiros; Afrânio Vilela, desembargador do Tribunal de Justiça; Paulo Afonso Montezano, diretor de Controle de Emergências de Defesa Civil; Joceli Jailson José Andrioli, dirigente do Movimento dos Atingidos por Barragens; Eduardo Nascimento, assessor ambiental da Fetaemg; Pe. Geraldo Martins Dias, coordenador arquidiocesano da Pastoral de Mariana, e Ivan Targino Ponciano, diretor do Sindicato Metabase Inconfidentes, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem a este debate, tece suas considerações iniciais e passa a palavra aos demais autores para que também o façam. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se



à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 4.247, 4.248 e 4.250/2015.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.265/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita sejam encaminhadas aos membros da Comissão Externa da Câmara dos Deputados para acompanhar os desdobramentos do rompimento de barragens em Mariana as notas taquigráficas desta reunião;

nº 4.266/2015, dos deputados Rogério Correia e Bonifácio Mourão, em que solicitam seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre o Termo de Compromisso Preliminar firmado com a empresa Samarco Mineração, em 16/11/2015, no qual foi garantido o montante mínimo de R\$1.000.000.000,00 para tutela ambiental emergencial, em decorrência do rompimento de barragens de rejeitos da empresa;

nº 4.268/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a concessão de isenção das taxas para emissão de 2ª via de documento de trânsito - DUT - e de Carteira Nacional de Habilitação - CNH - aos moradores dos municípios atingidos pelo rompimento de barragens da empresa Samarco Mineração;

nº 4.270/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a realização de sobrevoo de varredura, com filmagem, na área atingida pelo rompimento de barragens de rejeitos da empresa Samarco Mineração em Mariana, em altitude capaz de detectar a presença de animais, verificar seu estado e georreferenciar sua localização; e para a elaboração de plano de resgate e atendimento aos animais atingidos pela tragédia;

nº 4.271/2015, do deputado Bonifácio Mourão, em que solicita seja encaminhado à empresa Vale pedido de providências para que, em conjunto com a empresa BHP Billiton, envie esforços para a inclusão, no orçamento da Samarco Mineração para 2016, dos recursos necessários para a solução de todos os problemas advindos do rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana;

nº 4.272/2015, da deputada Celise Laviola, em que solicita sejam realizadas visitas aos Municípios de Governador Valadares, Aimorés, Galileia, Conselheiro Pena, Itueta, Tumiritinga e, em especial, Resplendor, com o objetivo de observar e debater os efeitos do acidente ocorrido em Mariana;

nº 4.273/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações para que seja enviada cópia de todo o processo de licenciamento das barragens de rejeitos da Mina de Germano, da Samarco Mineração, em Mariana;

nº 4.275/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Mesa de Negociações de Conflitos Urbanos e Agrários do Poder Executivo pedido de providências para que sejam incluídas em sua pauta as seguintes obrigações a serem cumpridas pelas empresas Samarco Mineração e Vale: pagamento de salário mínimo a cada pessoa atingida pelo rompimento de barragens em Mariana; fornecimento de moradia temporária para os desabrigados e reconstrução das comunidades atingidas em Mariana e região, com observância de seus interesses; e garantia de emprego para trabalhadores e terceirizados da empresa Samarco Mineração, através de termo de ajustamento de conduta;

nº 4.277/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja encaminhado ao Instituto de Gestão Organizacional e Tecnologia Aplicada pedido de informações para que enviem as imagens de satélite das barragens de rejeitos da empresa Samarco Mineração em Mariana, nos últimos cinco anos;

nº 4.278/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público pedido de providências para que, no âmbito de termo de ajustamento de conduta ou de instrumento similar referente ao rompimento de barragens de rejeitos da empresa Samarco Mineração em Mariana, seja contemplada uma compensação ambiental que seja



um plano de controle populacional ético dos animais dos municípios atingidos, bem como um projeto de educação e conscientização com relação aos direitos dos animais voltado para as comunidades;

nº 4.280/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos pedido de providências para impedir que as empresas Samarco Mineração e Vale realizem acordos individuais de indenização pelos danos causados a comunidades pelo rompimento de barragens em Mariana;

nº 4.281/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente pedido de informações para que envie os dados que tenha apurado acerca das consequências do rompimento das Barragens de Fundão e Santarém para o meio ambiente e, principalmente, para os recursos hídricos nacionais nos próximos anos;

nº 4.284/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para a realização de ações urgentes de revitalização das sub-bacias hidrográficas dos tributários do Rio Doce, em especial dos cursos de água com foz a montante do local em que esse rio foi atingido pelos rejeitos oriundos do desastre de Mariana, os quais são necessários à recuperação dos danos à biodiversidade e aos recursos hídricos;

nº 4.285/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao coordenador Estadual de Defesa Civil de Minas Gerais pedido de informações sobre: qual o número oficial, nome e idade dos mortos e desaparecidos; quantos municípios e localidades foram atingidos no estado de Minas Gerais; qual o número de mortos e desaparecidos por localidade; qual o número de desabrigados por localidade; quais são as condições de alojamento dos desabrigados por localidade; quais são as condições de alimentação dos desabrigados por localidade; quais os riscos de contaminação ou de doenças a que estão sujeitos os desabrigados e quais são as condições de saneamento das localidades atingidas e se a população das localidades atingidas está sujeita a contaminações ou a algum tipo de doença ou risco à sua saúde em razão do rompimento das Barragens de Fundão e Santarém, no Município de Mariana;

nº 4.287/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que proceda à nomeação de um defensor público estadual para a Comarca de Mariana;

nº 4.288/2015, do deputado Iran Barbosa, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público pedido de informações para que envie cópia de todos os termos de ajustamento de conduta firmados por esse órgão nos últimos 15 anos, envolvendo as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton;

nº 4.291/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Defensoria Pública de Minas Gerais pedido de providências para designar defensores públicos para atender à população atingida pelo rompimento das barragens da Samarco Mineração e para compor a mesa de negociação sobre o caso;

nº 4.294/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita sejam convidados o Ministério Público de Minas Gerais e o Ministério Público Federal para o acompanhamento permanente de todas as reuniões desta comissão;

nº 4.295/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre: qual o impacto do rompimento das barragens para a quantidade e qualidade dos recursos hídricos de Minas Gerais; qual o impacto do rompimento para a qualidade das águas superficiais, notadamente na Bacia do Rio Doce, e subterrâneas do Estado; qual a perspectiva de recuperação dos recursos hídricos na região afetada; quais os resultados das análises de água e sedimentos dos corpos de água afetados, bem como dos rejeitos das barragens rompidas, incluindo condutividade elétrica, oxigênio dissolvido, pH, temperatura, sólidos totais, sólidos dissolvidos totais, sólidos em suspensão totais, turbidez e arsênio e análise de metais: alumínio, ferro, cobre, manganês, cádmio, chumbo e mercúrio, entre outras análises já realizadas; qual a projeção do Igam em relação ao impacto a ocorrer na política de abastecimento hídrico de Minas Gerais e nos mananciais de captação de recursos hídricos na região afetada, para os próximos anos;



nº 4.296/2015, do deputado Iran Barbosa, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações para que envie cópia dos processos de licenciamento ambiental de todas as barragens de rejeitos licenciadas pelo Estado;

nº 4.297/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública, com a participação da Samarco e da Vale S. A., para discussão e prestação de esclarecimentos sobre assuntos envolvendo o rompimento da barragem localizada no Município de Mariana;

nº 4.300/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião para apresentação da tese de doutorado *Avaliando Minas: Índice de sustentabilidade da mineração*, de autoria de Maurício Boratto Viana, consultor legislativo da área de meio ambiente da Câmara dos Deputados;

nº 4.302/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para a apresentação do projeto desenvolvido pelo vice-presidente do Instituto Terra, Sebastião Salgado, sobre a recuperação do Rio Doce;

nº 4.303/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir sobre o rompimento das barragens da empresa Samarco Mineração, no Município de Mariana, com a presença de representante da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

nº 4.305/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir as condições em que se encontra a população das localidades afetadas pelo rompimento das Barragens de Fundão e Santarém, no Município de Mariana, e quais as providências tomadas e necessárias à minimização dos impactos;

nº 4.306/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir as providências para a acomodação definitiva dos desabrigados, para reparação dos danos dos atingidos e para discutir de forma ampla e democrática os meios de socorrer e reduzir os danos da população atingida pelo rompimento das Barragens de Fundão e Santarém;

nº 4.307/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a atual situação das barragens existentes em Minas Gerais, suas condições técnicas e suas perspectivas;

nº 4.309/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o rompimento das Barragens de Fundão e Santarém, no Município de Mariana, os eventuais riscos a que está sujeita a Barragem de Germano, que providências têm sido tomadas e quais ainda são necessárias para evitar novos acidentes e diminuir as consequências dos que já ocorreram;

nº 4.311/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir os métodos de armazenamento de rejeitos de mineração, as tecnologias mais adequadas ao atual desenvolvimento técnico-científico e as melhores práticas para o aperfeiçoamento das políticas públicas para o setor;

nº 4.312/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir os danos ambientais ocasionados pelo rompimento das Barragens de Fundão e Santarém, quais as consequências para a fauna, a flora e a população afetada e quais as providências tomadas para a minimização dos impactos;

nº 4.313/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir os impactos decorrentes do rompimento das Barragens de Fundão e Santarém, entre eles as consequências empresariais e econômicas, que afetam a arrecadação dos municípios atingidos e a geração de emprego e renda, e para discutir os meios de minimizar os danos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2015.



Agostinho Patrus Filho, presidente – Isauro Calais – Paulo Lamac – Doutor Jean Freire – Geisa Teixeira – Cristiano Silveira.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/11/2015

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Carlos Pimenta, Paulo Lamac e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Cabo Júlio. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Professor Neivaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* em 12/11/2015: ofícios das Sras. Marcy Picanço de Figueiredo, ouvidora da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do governo federal; Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta de Casa Civil (7), e Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude; e dos Srs. Edson Douglas Veras, chefe interino da Assessoria Parlamentar e Federativa do gabinete do ministro da Integração Nacional; Geraldo Flávio Vasques, procurador-geral de justiça adjunto institucional, e Rodrigo Caldeira Grava Brazil, promotor de justiça da Comarca de Frutal. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2015.

Cristiano Silveira, presidente – Rogério Correia – Professor Neivaldo.

ATA DA 9ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES - § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/11/2015

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Tito Torres, Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado Felipe Attiê, por indicação da liderança do BVC) e Fábio Cherem (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições das comissões. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.005/2015, cuja relatoria avocou a si. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.005/2015 na forma do Substitutivo nº 1; e pela rejeição da Emenda nº 1 (relator: deputado Tiago Ulisses). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Vanderlei Miranda – João Alberto – Fábio Cherem – Duarte Bechir.

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/11/2015

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião



anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a política estadual de apicultura e sua cadeia produtiva. A seguir, comunica o recebimento de ofícios da Sra. Mariah Brochado, secretária adjunta de Casa Civil (11), publicados no *Diário do Legislativo* em 7, 11 e 13/11/2015. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, para cuja relatoria designou os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.891/2015 (deputado Emidinho Madeira), 2.928/2015 (deputado Nozinho) e 2.960/2015 (deputado Rogério Correia). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Valmisoney Moreira Jardim, assessor técnico da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando o titular dessa pasta; Aldimar Dimas Rodrigues, superintendente regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; Anderson Nunes Brant Rabello e Fabrício Lopes da Cruz, analistas na área de desenvolvimento regional dessa companhia; André Almeida Duch, fiscal agropecuário do Instituto Mineiro de Agropecuária, representando o diretor-geral desse instituto; Wallison Lara, assessor técnico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, representando o presidente dessa entidade; Deny Sanábio, coordenador técnico da Emater-MG, representando o presidente dessa empresa; José de Calazans Rodrigues de Melo, presidente da Federação Mineira de Apicultura; Deodoro Magno Brighenti dos Santos, professor do Departamento de Zootecnia da Universidade Federal de São João del-Rei; Irone Martins Sampaio, membro do Conselho de Administração da Cooperativa Nacional de Apicultura, representando o presidente dessa entidade; e César Ramos Júnior, presidente da empresa Natucentro Própolis, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.178 e 2.776/2015, que receberam parecer por sua aprovação (relator: deputado Emidinho Madeira), sendo que o Projeto de Lei nº 2.776/2015 foi aprovado com a Emenda nº 1, votada em separado, tendo votado "sim" os deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Inácio Franco. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente – Emidinho Madeira – Inácio Franco – Nozinho – João Alberto.

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/11/2015

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Durval Ângelo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a presidência, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos deputados que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater a importância do Dia do Barroco, instituído pela Lei nº 20.470, de 26/11/2012, e a proceder à assinatura do termo de comodato da obra *Retrato de Aleijadinho*, de Euclásio Penna Ventura, firmado entre a Secretaria de Cultura e a Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo de Congonhas. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os seguintes convidados: Srs. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos e Bernardo Novais da Matta Machado, respectivamente, secretário e secretário adjunto de Cultura; José de Freitas Cordeiro e Arnaldo da Silva Osório, respectivamente, prefeito e vice-prefeito de Congonhas; a Sra. Andrea de Magalhães Matos, superintendente de Museus e Artes Visuais da Secretaria de Cultura; o Sr. Sérgio Rodrigo Reis, diretor-presidente da Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo de Congonhas, e a Sra. Michele Abreu Arroyo, presidente do Iepha-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida, o termo de comodato da obra *Retrato de Aleijadinho*, de Euclásio Penna Ventura, firmado entre a Secretaria de Cultura e a Fundação Municipal de



Cultura, Lazer e Turismo de Congonhas, é assinado pelos respectivos representantes. Logo após, a presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Wander Borges, presidente – Ione Pinheiro.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Barragens

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Rogério Correia, João Magalhães, Bonifácio Mourão, Cássio Soares, Celinho do Sinttrocel, Gil Pereira, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/1/2016, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de apresentar os trabalhos realizados em relação aos danos materiais e sociais decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos da empresa Samarco Mineração, em Mariana, com a presença de convidados.

Sala das Comissões, 15 de janeiro de 2016.

Agostinho Patrus Filho, presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 11/1/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Dayanne Cristine Gonçalves, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 132/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Telbrax Ltda. Objeto: prestação de serviços de telecomunicação. Objeto do aditamento: ampliação do objeto em 25%. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.3.3.90 (10.1).



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe na edição de 12/1/2016, na pág. 25, onde se lê:

“Mariana da Silva Teixeira”, leia-se:

“Marina da Silva Teixeira”.